

CEDI - P. I. B.
DATA 04.06.86
COD. XCD 05

XIKRIN DO CATETÉ

2a. VIAGEM A CAMPO - JULHO DE 1983

ASSESSORIA ANTROPOLÓGICA PARA A CVRD - PROJETO FERRO-CARAJÁS

LUX VIDAL - USP

CRONOGRAMA DA VIAGEM

Fiquei em Campo do dia 14/07/83 a 29/07/83.

No dia 19/07/83 efetuei, em helicóptero da CVRD, o sobrevôo dos limites da Reserva, especialmente o médio e alto Catetê, o limite Sul adjacente à Rodovia PA279, o Posto de Vigilância do PIKTT e a área invadida pela Fazenda Grã Reata, a Sudeste da Reserva - Fiz o levantamento da situação atual e das mudanças ocorridas desde julho de 1982.

Planejamos com os índios e o Chefe de Posto, e de acordo com as necessidades mais imediatas, a implantação da 1ª fase do Projeto de Apoio à comunidade Xikrin. Não foi possível desta vez e apesar da insistência dos índios, deslocar-me até o Kamkrokro, onde umas 8 famílias estavam provisoriamente instaladas.

Saí dia 29 do Catetê, em avião da FUNAI, chegando no mesmo dia em Belém. Por falta de passagem aérea permaneci nesta cidade até o dia 2 de agosto.

CONSIDERAÇÕES GERAIS (1)

Decorrido um ano, desde o início do Projeto de Apoio, podemos tentar uma avaliação parcial dos acontecimentos e suas implicações.

Antes de 1973, as comunidades indígenas do Sudeste do Pará são essencialmente atingidas pela frente de expansão extrativistas (marisca e coleta de castanha), ocasionando um grande abalo demográfico e extinção de grupos inteiros.

A partir de 1973, o governo inicia Projetos de infraestrutura física na Amazônia, construção de estradas e a hidroelétrica de Tucuruí. Paralelamente, multiplicam-se os projetos de colonização, privados (Ex. Tucumã), estatais (Ex. assentamento de posseiros pelo INCRA e mais tarde GETAT) e espontâneos (região da PA279, Xinguara, etc); implantação de projetos agropecuários; início do desmatamento de grandes áreas e desenvolvimento da atividade madeireira (Ex. inúmeras serrarias ao longo da PA70 e PA279).

A partir de 1979/80 predominam os projetos ligados à mineração: garimpos de ouro (Serra Pelada, Cumaru, etc); execução do Projeto Ferro-Carajás.

As populações indígenas da região, das mais aculturadas às mais isoladas se viram todas, de uma maneira ou outra, envolvidas neste processo global de mudanças na Amazônia Oriental. E qualquer que seja o rumo futuro do país, independentemente da aceleração, retardamento ou abandono dos projetos para a região, este envolvimento é irreversível.

A atuação da FUNAI junto a estas populações indígenas tem sido: pacificação e concentração (Gavião e Parakanã); esporádica assistência médica, o que levou a um paulatino aumento demográfico destas populações; controle político exercido sobre as comunidades através das chefias de Posto e Delegacia Regional, criando fortes laços de dependência; incentivo à coleta da Castanha e a projetos comunitários de tipo empresarial controlados pela FUNAI. Aparente proteção das terras, sem eficácia nenhuma frente aos projetos de desenvolvimento privados (Xikrin do Cateté, Suruí do Sororó) e estatais (Parakanã, Gavião). Isto se deve em parte ao fato das terras indígenas serem propriedade da União e não das comunidades indígenas, que não possuem autonomia nem mecanismos legais próprios para defender os seus direitos. Passa a haver maior controle estatal e do SNI sobre as áreas indígenas, especialmente com relação à terra que passa sob a responsabilidade do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (dec. 88/18 de 23/02/83). A maioria das reservas do Sudeste do Pará estão sob a jurisdição do GETAT, órgão federal. A política do indigenismo oficial é a rápida integração das populações indígenas.

Trata-se de uma intervenção intencional e planejada do Estado para transformar completamente a estrutura econômica da Bacia Amazônica, ligada ao Plano de Integração Nacional que resulta de uma aliança entre o Governo Brasileiro, várias empresas multinacionais e nacionais e instituições bancárias internacionais de empréstimo que estão financian-

do projetos infra-estruturais visando à exploração dos recursos naturais da região. Isto marca a diferença entre as frentes de expansão nas décadas passadas, e a aceleração sem precedente das frentes pioneiras que vem atuando na região a partir do início da década de 1970.

UM FATOR NOVO: O PROJETO FERRO-CARAJÁS E AS ÁREAS INDÍGENAS

Um caso concreto :

Dentro deste contexto, o Governo Brasileiro solicita um financiamento ao Banco Mundial para a construção da ferrovia Carajás-Itaqui. O Banco Mundial impõe, teoricamente, certas normas e exigências extra-financeiras para a liberação dos recursos. Entre essas, a garantia de um Projeto de Apoio às comunidades indígenas afetadas pela construção da ferrovia. A CVRD, responsável pela construção da ferrovia e precisando da rápida liberação dos recursos, aceita arcar com o desembolso dos recursos necessários para o Projeto de Apoio às comunidades indígenas, Projeto elaborado e executado pela FUNAI e esporadicamente avaliado pelo Banco Mundial. A CVRD procura entrar em contato com Antropólogos mas a FUNAI tenta impedir qualquer assessoramento por profissionais alheios aos quadros do próprio órgão.

Já em fins de 1981, representantes do Banco Mundial e CVRD descem de helicóptero nas aldeias indígenas para um rápido levantamento e entram em contato com as Delegacias Regionais (Pará e Maranhão), informando sobre a implantação de um Projeto, existência de recursos e estabelecendo uma listagem prévia das necessidades de cada comunidade. A perspectiva do Projeto provoca entre índios, chefes de Posto, delegados e altos escalões da FUNAI, perplexidade, expectativas, deslumbramento e euforia.

As comunidades beneficiadas, ao longo de uma faixa de 50 km de cada lado do leito da ferrovia, são 14 ; os recursos alocados, 13 milhões de dólares e o período de implantação, 5 anos.

Em janeiro de 1982, a FUNAI apresenta à CVRD um Projeto de Apoio que se limita a uma listagem genérica para alocação de recursos. O Projeto apresentava falhas e distorções tão aparentes que a CVRD, se mais não fora para se resguardar, decide contratar cinco antropólogos e 1 médico, nomes indicados pela ABA, para assessorar o Projeto junto às comunidades indígenas.

Quando os antropólogos são finalmente contratados, porém, a implantação do Projeto, as aldeias beneficiadas, o montante dos recursos e os responsáveis pela execução já estavam decididos e o Plano da FUNAI entregue à CVRD e Banco Mundial.

A FUNAI, desde então, não colocou mais qualquer impedimento ao levantamento dos Antropólogos nas áreas indígenas, persuadida que estes ficariam à margem das decisões ~~é~~ diretamente relacionadas à implantação do Projeto e à liberação de recursos.

Para 1982 a CVRD libera, com cautela, uma parcela dos recursos. Em fins de 1982 fica claro que a FUNAI não tem condições de administrar o Projeto nem do ponto de vista administrativo nem financeiro. A CVRD pede uma assessoria de acompanhamento aos Antropólogos e submete a liberação dos recursos à FUNAI a um maior controle. A FUNAI passa a exigir da CVRD o cumprimento de sua única função reconhecida no Convênio FUNAI/CVRD, isto é, a de repassadora de recursos, sem interferência na avaliação e andamento do Projeto. Por enquanto, a CVRD está ainda liberando os recursos de acordo com a programação dos Antropólogos, mas a situação está se tornando cada vez mais difícil, especialmente com relação ao problema da terra, questão considerada prioritária ~~uma~~ ~~para~~ ~~os~~ índios, assessores, CVRD e Banco Mundial. Do nosso ponto de vista, como assessores oficialmente contratados, possuímos uma certa liberdade e uma infra-estrutura de apoio e financeira que permite elaborar levantamentos mais abrangentes e objetivos, de grande utilidade pública e para o acervo indigenista. No meu caso, os sobrevôos anuais ou bi-anuais de helicóptero tem me permitido uma visão das invasões, estradas, assentamentos, entradas de madeiras, poluição de rios, muito mais clara; uma visão de conjunto

que antigamente somente os militares ou grandes companhias podiam ter.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE APOIO DA FUNAI (2)

1) Projeto elaborado às pressas, nos gabinetes de Brasília sem o conhecimento das necessidades reais das comunidades a serem beneficiadas.

2) Projeto elaborado sem uma conscientização prévia das comunidades indígenas para que estas possam entender as razões desta súbita injeção de recursos e suas implicações.

3) Projeto elaborado sem a efetiva participação dos índios e de indigenistas competentes.

4) Atenção mínima é dada à demarcação e garantia das terras.

5) Alocação da maior parte dos recursos em benefício do patrimônio da FUNAI, nas cidades ou nos Postos, em detrimento das comunidades indígenas, únicas a serem beneficiadas segundo o Convênio CVRD/Banco Mundial.

6) Ênfase indevida é dada a projetos nocivos aos índios, como a implantação de cantinas, aquisição de gado e maquinaria pesada.

7) Desequilíbrio no pedido de desembolso dos recursos, sendo que a maior parte foi solicitada para os dois primeiros anos.

8) Exagêro nos recursos alocados para cada ítem. Aumento indevido dos preços das mercadorias.

9) O Projeto, apresentado aos índios como sendo executado pela FUNAI, serve unicamente para aumentar o controle da FUNAI sobre as comunidades indígenas

10) A exclusão de certas comunidades do Projeto como os Assurini do Trocará, está provocando uma situação de desequilíbrio para esta comunidade, uma das mais atingidas da região. Pede-se a inclusão desta comunidade, pelo menos no que se refere à defesa de suas terras, ao problema da estrada que atravessa a sua área em pleno coração da Reserva, a um programa de saúde e especialmente a um projeto de bom nível para educação.

11) Haverá também um desequilíbrio total entre os Xikrin do Cateté e os Xikrin do Bacajá.

12) A injeção de vultuosos recursos, sem a devida conscientização criam ou reforçam a instituição "do presente", já que ao índio não se pede nada em troca imediata. O índio não pode, ainda, perceber que o Projeto é o preço, por antecipação de sua lenta morte, perda das terras e perda de autonomia acelerada.

RECOMENDAÇÕES IMEDIATAS :

1) Que o projeto, que possui recursos para a demarcação das terras, solucione efetivamente a questão das terras indígenas.

2) Desacelerar o ritmo de desembolso, de acordo com as necessidades reais de cada comunidade.

3) Aplicar os recursos em benefício das comunidades indígenas e não da FUNAI.

4) Controle efetivo da aplicação dos recursos.

5) Prolongar o prazo do projeto e exigir desde já a continuidade de um Projeto de Apoio a estas comunidades, no que tange à garantia das terras, saúde e educação.

CONSIDERAÇÕES GERAIS : CRONOGRAMA FUNAI PARA 1983 (3)

I) O cronograma elaborado pela FUNAI para o 1º e 2º semestres de 1983 apresenta uma série de falhas. Por exemplo, no item ferramentas agrícolas constatamos um orçamento de seis mil quatrocentos dólares, mais três mil e duzentos dólares para ferramentas para coleta de castanha, o que dá um total de nove mil seiscentos dólares em ferramentas, para uma aldeia onde, por enquanto, não falta nada.

Por que pedir quatro mil dólares para sementes selecionadas quando é possível obter a maior parte destas sementes, gratuitamente, em Belém?

Não se concebe o desembolso de quatro mil dólares para uma casa de farinha em uma aldeia ainda em construção, e mais três mil dólares para equipar esta mesma casa da farinha, quando sabemos que 2 fornos e 1 catetu são suficientes.

E quatro mil dólares para cercar pastagens, em aldeia ainda não construída e quando sabemos que os índios não querem gado.

A FUNAI pede nove mil e seicentos dólares para material de estiva quando 1 milhão de cruzeiros é o suficiente! E ainda: sete mil e setecentos dólares para 12 burros, em meio à floresta tropical.

Estes poucos exemplos mostram (1) que a FUNAI desconhece a realidade das comunidades indígenas a serem beneficiadas; (2) que o Projeto apresentado pela FUNAI é altamente prejudicial ao índio; (3) que os preços são indevidamente aumentados, tirando qualquer credibilidade ao Projeto apresentado pela FUNAI.

Consequentemente, é urgente que a CVRD, financiadora do Projeto, controle rigorosamente a parte técnico-administrativa e financeira do Projeto. Se estes cuidados não forem tomados, o projeto se tornará um mecanismo altamente prejudicial ao índio.

SITUAÇÃO ATUAL DA ALDEIA XIKRIN DO CATETÉ

Para um conhecimento mais amplo do histórico e modo de vida deste povo, assim como de suas diferentes etapas aculturativas e problemas de terra, vide relatório 1º - julho de 1982.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 16/07/83 o total da população Xikrin do Cateté é de 272 indivíduos: 131 do sexo masculino e 141 do sexo feminino. De julho de 1982 a julho de 1983 houve 13 nascimentos, 9 de sexo masculino e 4 de sexo feminino. Faleceram 4 indivíduos, 1 adulto, 1 recém-nascido e 2 crianças, todos do sexo masculino. Chegaram ao Cateté, provenientes de Gorotire, mais 2 pessoas de sexo feminino. Há 4 gestantes.

Em julho de 1982, 8 famílias estavam em Kamkrokro, local escolhido para a construção de uma nova aldeia, num total de 30 pessoas aproximadamente. 4 índios estavam, temporariamente, no Garimpo do Pomba em Tucumã.

SAÚDE (Vide relatório do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho)

Desde julho de 1983 houve um aumento indevido da taxa de malária (anteriormente quase erradicada nesta comunidade) devido à presença de 14 trabalhadores, contratados pela Ajudância de Marabá para fazer o tijolo das construções da FUNAI e que entraram na aldeia sem nenhum controle médico prévio. Introduziram a falcípara inexistente no

Cateté anteriormente. A presença de um número tão grande ' de trabalhadores é desnecessária, e totalmente ineficaz do ponto de vista prático. Dois oleiros, como acontece atualmente, são o suficiente para tocar o serviço.

Diante da situação preocupante, viajou para o Cateté, como voluntária, e enfermeira formada, Dinamar ' Marques, recebendo pro-Labore do Dr. João Paulo Botelho e de Lux Vidal. Em 01/06/83 o Posto pediu a presença da EVS e da SUCAM. Estes chegaram apenas no dia 31 de junho após a morte de duas crianças. Nesta ocasião foram borrifadas as casas. Chegou também uma remessa de remédios, mas nem a enfermeira nem o chefe de Posto foram consultados a respeito das necessidades. Faltavam medicamentos contra a malária. Alguns remédios estavam estragados e tiveram que ser mandados de volta.

A execução do Projeto Saúde poderia ser acelerado :

- 1) Contratação da enfermeira Dinamar Marques;
- 2) Envio do material de saúde, especialmente o material para fazer as lâminas, para o Posto;
- 3) Construção da enfermaria;
- 4) Erradicação da malária:

De janeiro a fevereiro houve 15 casos, de ' março a abril, 36 casos e de maio a julho, 200 casos.

De abril a julho houve 80 casos com 2 malárias e 35 casos com 3 e até 4 malárias por pessoa!

malária

O POSTO

No PI KTT há um chefe de Posto, um braçal, e uma enfermeira voluntária. Temporariamente estão no Cateté dois oleiros fazendo tijolo para as construções do Posto. Entregaram 50 milheiros de tijolos (pagos a 35.000,00 cruzeiros o milheiro pela FUNAI).

Foram construídas pela FUNAI duas casas de alvenaria com sala, 3 quartos, banheiro e cozinha. Por enquanto, numa delas funciona a farmácia e enfermaria. O teto de "Brasilit", muito baixo, provoca um calor insuportável não permitindo o uso dessas casas durante o dia, servindo apenas para a sala do rádio, entreposto e quartos de dormir. Para uso diário foi construído, separadamente, uma cozinha com meia parede de madeira, cobertura de palha e um fogão a lenha. É o local onde se vive. No pátio há 2 caixas d'água de 1.000 litros cada, compradas há mais de um ano pela FUNAI, mas a água continua a ser transportada pelos índios, do rio, em grandes tambores. Há uma certa urgência em se construir o poço, ainda no período da seca. Há uma pequena horta cercada para o uso do posto, plantação de bananeiras e mamoeiros, uma área plantada com feijão e alguns pés de cajueiro no pátio.

A área, atrás do Posto, desmatada em 1982 para a formação do Pasto, foi abandonada. A casa de farinha continua funcionando nas mesmas condições: uma simples área coberta com um forno de metal.

MANUTENÇÃO

A verba da FUNAI para a manutenção do Posto sempre atrasa. Do Projeto Ferro Carajás o Posto recebeu até julho de 1982 Cr\$300.000,00 em medicamentos (aldeia Kamkrokro) e Cr\$164.000 para manutenção.

Até esta data não houve nenhum outro beneficiamento do Projeto Ferro-Carajás.

ALIMENTAÇÃO

Na época da seca, os índios se dedicam intensamente à atividade da pesca com timbõ e conseqüentemente há muito peixe na aldeia. A caça parece mais rarefeita na região do Cateté, havendo menos bandos de porco do mato. Os índios estavam abrindo grandes roças e já se nota um certo desmatamento na região do Cateté com inúmeras capoeiras. Alguns pensam em plantar arroz mas a batata doce, a mandioca brava e mansa, o inhame, a abóbora, a banana e o mamão continuam sendo os alimentos de base. Consomem, atualmente, muito açaí com farinha, à maneira dos regionais. Recebem do Posto, ou encomendam, açúcar, café e leite em pó.

TERRA

Continuam os mesmos problemas apontados no relatório de julho de 1982, com alguns agravantes :

1) O invasor, "Fazenda Grã Reata", continua na área , com mais de 3.000 cabeças de gado. Os índios receberam a ' informação de que o caso está na Justiça Federal. Segundo o Delegado Paulo Cézar de Abreu, em Belém, o processo está na mesa do juiz esperando que seja assinada a reintegração de posse, com parecer favorável do Poder Público. Mas como o juiz é o mesmo que assinou a liminar a favor do fazendeiro invasor, o processo está parado. Seria o caso da procuradoria jurídica da FUNAI cobrar a solução rápida deste problema.

2) No dia 19/07/73 fizemos o sobrevôo, de helicóptero, da Reserva Xikrin, subindo o Cateté até a PA279, seguimos esta estrada até o Posto de Vigilância, onde descemos. Voltamos à aldeia, passando por cima da Fazenda Grã Reata.

Observamos o seguinte :

3) A Oeste, o erro demarcatório subsiste; há uma estrada que vai da PA279 até a Campos Altos, que retira madeira na região (Vide 1º relatório pag. 43).

4) Entre a Serra Arqueada e a Estrada, do lado esquerdo do Alto Cateté, o GETAT está assentando posseiros. Há ' vários desmatamentos, fora da reserva, mas alguns chegam ' até a margem do rio que é muito estreito nesta região e ' corre sérios riscos de poluição. Deve ser exigida uma proteção de cobertura florestal ao longo do rio, procedimento requerido tanto pelo IBDF como pelo GETAT. A Sudoeste da ' Reserva, a fazenda do Sr. Gilberto Telli, com pastos e piso

ta de pouso. Dentro da reserva, uma estrada, por onde foi retirada grande quantidade de madeira, mas segundo o índio Bep-Djare, que me acompanhou, desativada atualmente.

5) Toda a faixa de terra de 8 km de largura, entre a estrada e o limite Sul da Reserva foi desapropriada pelo GETAT e está sendo totalmente desmatada, para a entrega de lotes a posseiros.

OBSERVAÇÕES

a) Esta área é dos índios, já que o seu território, no mínimo, deveria ter tido como limite Sul a estrada (relatório 1 pag. 4).

b) Tinha sido sugerido no meu relatório de julho de 1982 que esta faixa de terra fosse preservada, como reserva ecológica. Hoje é um lamentável deserto (Vide fotos).

c) A única mata da região, em breve, será a reserva indígena e, que portanto, será sem dúvida invadida.

d) Ninguém, nem o chefe do Posto, nem o Delegado, nem os funcionários da CVRD, estavam a par deste rápido desmatamento e do assentamento de posseiros no limite Sul da Reserva.

e) Descendo no Posto de Vigilância, o responsável, o Sr. Benigno, estava com a Toyota do PV, no Trairão, na área Gorotire, entregando a madeira retirada da Reserva e vendida pela FUNAI à firma SEVAT. Houve uma concorrência, assinada pelo funcionário da FUNAI, Parisi, e pelo Delegado da 2a. DR para a venda de 2.000 árvores de Mogno, num total de 8.000 metros cúbicos, retiradas do rio Juarí afluente do Trairão.

Verificamos que o PV estava sem viatura e sem condições de trabalho. Apesar de toda a movimentação ao longo do limite Sul, o chefe do PV estava ausente e não havia nenhum controle.

f) Devido ao desenvolvimento da região a leste da reserva, no alto e médio Itacaiunas, este rio, durante o inverno, apresentara uma grande movimentação de barcos, causando também certa preocupação o controle da fronteira Leste da Reserva.

g) Garimpo - Preocupa ainda mais o aumento de garimpo na região. O garimpo de Cumarú já possui 45.000 homens, e está de tal modo poluindo o rio Ponte e conseqüentemente o rio Fresco, que os Índios Gorotire não podem mais usar a água do rio para banhos ou mesmo viagens de barcos. Devido a estas denúncias (Liberal, Belém e Província do Pará, Belém 27/08/83), foi demitido o Delegado da 2a. DR. Com o fechamento do garimpo de Serra Pelada, a migração para a área do Cumarú, Rio Branco e os outros rios da região, en-

tre Marabá e São Felix do Xingú, aumentarão. O garimpo do índio "Coronel" Pomba (Tut Gorotire) está em plena atividade. No mês de junho e julho o "Coronel" Pomba desceu várias vezes, de avião, no Cateté, trazendo mercadorias, e exortando os Xikrin a colocarem fora todos os funcionários da FUNAI e deixarem entrar os garimpeiros para procurar ouro em sua reserva! Houve um certo descontentamento por parte dos Xikrin que, atualmente, não aceitarão nenhuma invasão de suas terras. Quatro índios jovens, porém, estavam, em julho de 83, no garimpo do Pomba, em Tucumã, aprendendo a garimpar.

A ALDEIA DE KAM-KROKRO - Localizada no médio rio Seco

Oito famílias, cerca de 30 pessoas, estavam no Kam-Krokro em julho de 1982, abrindo roças, pescando, caçando e construindo casas. Limparam, também, a trilha-entre as duas aldeias. Várias famílias do Cateté, estão pensando, após a derrubada das roças, em passar um tempo no Kam-Krokro. Aos poucos, parece que estara se construindo e consolidando esta nova aldeia, na parte Sul do território. O acompanhamento desta nova aldeia deverá seguir o ritmo imposto pelos índios, que, por enquanto, somente a habitam temporariamente. Há muita expectativa e vai-e-vem entre as duas aldeias. Quer nos parecer, que Kam-Krokro, que sempre foi um acampamento de época da seca para os índios (que para lá se deslocavam durante os meses de julho, agosto e setembro, retornando ao Cateté em outubro), guardará um pouco

desta característica, sendo mais habitada no verão e o Ca-
tetê mais densamente habitado durante o inverno.

Por enquanto não há necessidade de muita in-
fra-estrutura por parte da FUNAI em Kam-Krokro, mesmo por-
que é um lugar, onde longe do Posto, os índios descansam
da presença constante da FUNAI e se recuperam do ponto de
vista da saúde. Por enquanto, um professor acompanhará o
grupo, em 84 será contratado um atendente. A pista de pou-
so será, no futuro, construída pelos próprios índios que
serão remunerados para este serviço. Seria bom, porém, man-
dar alguém que entenda do assunto, para escolher o melhor
local.

A CASTANHA - Este ano os índios conseguiram uma boa
safra da castanha

A produção foi de 350,2 hectolitros, vendi-
dos em Marabá à firma Jorge Mutran, exportadora LTDA à ra-
zão de Cr\$11.000,00 o hectolitro, apurando-se Cr\$3.852.000,00
cruzeiros.

Gastos	Cr\$	100.000,00	em cartuchos
	Cr\$	78.480,00	em combustível
	Cr\$	3.673.720,00	saldo

Plano de Aplicação da verba safra castanha

Cr\$2.200.000,00 foi dividido entre os índios que parti-
ciparam da safra

Cr\$1.000.000,00 foi aplicado em caderneta de poupança
para custear a próxima safra

Cr\$ 473.720,00 estão sendo efetuadas compras para a
comunidade.

Cada índio faz uma lista dos bens que deseja adquirir; o chefe do Posto e um índio efetuam as compras em Marabá. Mercadorias, notas e saldo são entregues ao índio na aldeia. A maioria dos bens adquiridos são: rede, mosquiteiro, calças, calções, camisas Hering, Kichutes e cortes de pano. Às vezes, um rádio ou um gravador.

As compras para a comunidade são: facção, machado, caixas de lima, esmeril, cartuchos, bico de lanterna, etc.

Com a verba de manutenção, pagam-se serviços a terceiros e compram-se bens de consumo. Os cartuchos, fumo etc. são entregues aos homens; o açúcar, arroz, leite, sabão e fumo, às mulheres.

Desse modo, ainda que haja uma dependência da FUNAI, o que ocorre mesmo (devido à grande distância que separa o Cateté dos centros urbanos, já que tudo é transportado por avião) é que se evita o excesso de consumo de bens externos. Evita-se assim, também, a constituição de uma cantina, altamente nociva, e o endividamento do índio que não compra além do que pode monetariamente adquirir.

Sendo assim, a coleta da castanha foi este ano uma atividade bem sucedida, já incorporada à tradição Xikrin, contribuindo para cobrir as necessidades da aldeia.

MADEIRA

Os índios não comercializam madeira. Em 81/82, porém, foi retirada madeira da Grã Reata que a FUNAI entregou à Serraria de Gilberto Telli. Os índios não foram informados da quantidade vendida, a que preço foi vendida e onde se encontra este dinheiro.

CADERNETA DE POUPANÇA

Os índios possuem um certo dinheiro na poupança, pedem que esta poupança seja aplicada em Marabá, e não em Belém, onde não há por parte deles nenhum controle possível.

PASTO DA GRÃ REATA

A Fazenda Grã Reata pagou durante um ano um aluguel (irrisório) pelo pasto que ela mantém dentro da área. Como o caso da invasão da Grã Reata está na justiça, os índios, há um ano, não recebem nenhuma indenização.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com relação ao seu modo de vida tradicional, os índios estão relativamente bem. Houve, porém, um desastroso aumento da taxa de malária, afetando a saúde e resistência física do grupo.

A questão da terra não foi ainda resolvida : o invasor continua na área, com fazenda, serraria e 3.000 ' cabeças de gado. Aumenta a poluição dos rios. Houve grandes desmatamentos ao Sul da Reserva com o assentamento de posseiros pelo Gretat.

A situação vai se deteriorando.

Com a implantação de nova aldeia em Kam-Kro kro, choque entre índios e posseiros poderão ocorrer.

Atualmente, alguns índios se sentem atraídos pelo Garimpo de Tucumã, mas não querem estranhos garimpendo dentro da Reserva Xikrin.

Por todas estas razões, deverá haver um aumento do controle territorial, a criação de mais dois postos de vigilância, um a Leste e um a Oeste da reserva.

Os índios gostam de "Carajás", onde vão de vez em quando vender artesanato, fazer compras e onde são hospitalizados quando doentes. Gostam do "Projeto" que promete coisas e, nesse aspecto, não possuem nenhuma atitude crítica por não terem a mínima possibilidade de avaliar a origem, natureza, modalidades e consequências do Projeto. Gostam da FUNAI, porque o chefe de Posto é bom, porque o Projeto Carajás é executado pela FUNAI e porque o médico e a antropóloga estão também, atualmente, envolvidos, tornando todo o aparelho de assistência altamente monolítico.

Não percebem, porém, o óbvio :

1) O Projeto e os recursos lhes são impostos para que a CVRD consiga o financiamento de seus projetos na área, por parte do Banco Mundial.

É verdade, por outro lado que a implantação de Projetos sem nenhuma compensação é ainda pior. O que deve ser discutido e avaliado é, porém, o modo pelo qual está sendo executado.

2) A cúpula da FUNAI se apoderou do Projeto, aumentando a dependência dos índios e o seu próprio controle sobre a comunidade.

É verdade, porém, que os funcionários da FUNAI no PI KTT são pessoas idôneas e competentes.

3) O envolvimento de antropólogos e médicos no Projeto é altamente ambíguo. Sem eles a coisa seria bem pior.

Diante destas considerações, é preciso estabelecer algumas exigências :

O Projeto não pode continuar se não houver uma efetiva demarcação e garantia das terras. Chegar ao último dólar dos 13 milhões sem ter solucionado este problema significa, com certeza, envolver-se num escândalo, a nível nacional e internacional.

Deve ser pedido um desaceleramento dos desembolsos, para que o ritmo do Projeto acompanhe as reais necessidades das comunidades. Os recursos devem beneficiar as comunidades e não ser utilizadas para aumentar o patrimônio da FUNAI.

Deve-se, desde já, pedir a garantia de continuidade efetiva do Projeto, além dos cinco anos previstos. A defesa do território, os programas de saúde e educação não poderão ser simplesmente abandonados quando for colocado o último trilho na ferrovia ou dado o último toque de paisagismo ao longo de seu leito.

PROGRAMAÇÃO ÍTEM POR ÍTEM PARA O 2º SEMESTRE DE 1983

I) TERRA

a) remoção do invasor "Fazenda Grã Reata" - Pressionar a procuradoria jurídica da FUNAI para que peça "Coreção parcial" do processo (Vide em anexo, Província do Pará 26/01/83).

b) As desapropriações ao Sul e Oeste da Reserva, os desmatamentos efetuados e o assentamento de posseiros na região exigem :

- Aviventação do limite Sul, Sudeste e Sudoeste;
- A colocação de placas ao longo deste trecho. Aproveitar agora que o GETAT está na área para fazer este serviço, o que reduziria consideravelmente as despesas.
- Permanência do PV ao Sul da Reserva. Criação de 1 PV, a Leste, à margem do Catetê e 1 PV à Oeste, ao longo do Rio Itacaiunas. Para cada PV, um funcionário apenas (com família). Um rádio

para cada PV. Para o PV Itacaiunas um barco a motor e o PV Cateté uma viatura. Estes 2 PV se comunicariam diretamente com o PI KTT, para um controle mais efetivo.

c) Redemarcando corretamente o limite Oeste, entre as cabeceiras do Aquiri e o Cateté.

Colocar placas neste trecho e também na boca do Aquiri.

d) Redigir e distribuir folhetos que informem sobre os limites da Reserva e as normas a serem observadas.

II) CONSTRUÇÕES

a) Saneamento Básico (urgente - antes da época das chuvas).

Construção de poços no Posto e Aldeia, fossa sanitária para o banheiro da Escola (Ver Projeto Poços, em anexo III).

b) PI KTT

1) Construção da enfermaria (vide planta anexa)

2) Construção da escola (vide planta anexa)

Há no Cateté 50.000 tijolos prontos.

3) Casa do motor

4) Casa de farinha: 1 casa do motor fechada. Uma área coberta mas aberta - 18 x 9, 02 águas, coberta de palha, 02 prensas, 1 Catetu elétrico e 2 fornos retangulares.

Orçamento para prensas, catetu e 2 fornos Cr\$900.000,00.

KAM-KROKRO (pode aguardar até 1984)

- 1) Uma casa sede de madeira, com piso de cimento;
- 2) Uma enfermaria de madeira, com piso de cimento;
- 3) um poço e 4 torneiras;
- 4) Casa de farinha, 4 catetus manuais e 2 fornos retangulares.

III) PROJETO SAÚDE

1983 - Agosto : Contratação de 1 enfermeira qualificada
1984 - Contratação de 1 atendente para Kam-Krokro
2 geladeiras a querosene ou a gás para o PI KTT (1983)
e 1 geladeira para a escola PI KTT (1984).

Medicamentos e Plano de Saúde (vide relatório do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho).

Verba para ajuda alimentar aos doentes Cr\$ 50.000,00 por mês (incluída na verba manutenção).

IV) PROJETO EDUCAÇÃO (vide em anexo II), a relação do material escolar, da Profa. Mariana Kawall Leal Ferreira)

Contratação de 2 professores, um para o Cateté e um para o Kam-Krokro.

Material escolar para 1 ano (vide lista anexa) .

Duas máquinas de costura.

V) PROJETO DE PISTA DE POUSO

PI KTT - Os próprios índios serão remunerados para a manutenção da Pista.

- Aquisição de um micro-trator, com roçadeira para a limpeza da pista.

PI KK - Os próprios índios serão remunerados para o serviço de construção da pista de pouso. Possivelmente este serviço não se inicie antes de agosto de 1984. Mandar um técnico para escolher a localização da pista.

VI) PROJETO TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

a) Construção imediata, antes da época das chuvas de 6 canoas de casco.

Orçamento - Cr\$1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil cruzeiros)

b) Reforma do barco que transporta a castanha do KTT
Orçamento : Cr\$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil cruzeiros).

c) Comprar uma voadeira com motor

d) Contratar um piloto de barco (apenas para a época da safra?).

e) Rádio SSP

1 rádio para o PI KK

1 gerador para o PI KK

2 rádios para os 2 novos PV (já mencionados no item Ib)

VII) MANUTENÇÃO

Alocação de recursos : 450.000,00 por mês ' para PI KTT e PI KK (incluída a alimentação para doentes).
Dois trabalhadores braçais : 1 para o PI KTT e 1 para o ' PI KK (em 1984, apenas).

VIII) FERRAMENTAS AGRÍCOLAS

55 enxadas

05 dragas (cavadeiras)

25 foices

IX) SEMENTES SELECIONADAS

	kg.	ÉPOCA DE AQUISIÇÃO
Arroz	150	Setembro/Outubro
feijão	40	Fevereiro
milho	40	Agosto
fava	05	Agosto
melancia	01	Novembro/Dezembro
mudas de citrus		

X) AVIAMENTO CASTANHA - Safra 83/84

Orçamento Cr\$1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros)

20 kgs de café	Cr\$ 30.000,00
150 kgs de açúcar	Cr\$ 23.000,00
240 kgs de arroz	Cr\$ 40.000,00
02 caixas de óleo comestível	Cr\$ 20.000,00
120 kgs de sal	Cr\$ 2.400,00
03 latas de querosene	Cr\$ 13.000,00
35 latas de cart. cal. 20	Cr\$262.000,00
03 caixas de lima	Cr\$ 24.000,00
04 caixas de esmeril	Cr\$ 26.000,00
06 dúzias de facão	Cr\$108.000,00
03 caixas de abade	Cr\$ 6.000,00
bico para lanterna, 30 bicos 05 el.	Cr\$ 5.400,00
15 bicos 02 el.	Cr\$ 2.700,00
400 litros de gasolina	Cr\$135.000,00
500 litros óleo diesel	Cr\$ 95.000,00
25 litros óleo 2 T	Cr\$ 7.500,00
05 camburão 200 litros	Cr\$ 10.000,00
04 galões 50 litros	Cr\$ 7.500,00
04 galões 20 litros	Cr\$ 4.000,00
30 kgs de fumo	Cr\$ 51.000,00
10 caixas de pilha c/ 48 un. cada	Cr\$ 80.000,00
02 caixas de sabão	Cr\$ 9.000,00

Não haverá os itens seguintes :

Pasto, animais de tração, contratação de empreiteira para construção de Pista de Pouso, cantinas, técnico agrícola.

Sugerimos que haja 1 funcionário da CVRD, em Marabá, coordenando e controlando o bom andamento técnico-administrativo do Projeto.

A N E X O 1

Em 26 de janeiro de 1983, o Presidente da FUNAI, Coronel Paulo Leal, dá entrevista ao Jornal Província do Pará, sobre a questão da Reserva Xicrin, nos seguintes termos :

FUNAI pede reintegração de posse de terras dos Xicrin

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI já deu entrada na Justiça Federal de uma "ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos" contra várias pessoas, que invadiram ilegalmente a reserva dos índios Xicrin do Katetê, subgrupo Kaiapô, que habitam a região dos rios Itacaiunas e seu afluente Katetê, no município de Marabá. A invasão começou a ser feita a partir de 1976, quando o governo do Estado, através do DERPa, iniciou a construção da Rodovia PA-279, que pretendia ligar Marabá a São Felix do Xingú.

Àquela época apesar das cautelas adotadas pelo DER ao determinar o traçado original da rodovia, esta veio a passar às proximidades do limite Sul da Reserva Xicrin do Katetê. A FUNAI, à época antevendo a possibilidade de haver invasões da área, naquele trecho, cuidou de demarcar administrativamente toda a reserva, com base no Decreto nº 76999, de 1976, cujos trabalhos de campo foram con-

cluídos em 1977 pela firma Plantel Agrimensura e Agronomia Ltda.

O processo de demarcação, então obedeceu a uma prévia delimitação dos seus limites e por meio de edital, publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, foi afixada na Sede da Comarca de situação das terras e teve seus limites e confrontações amplamente divulgados ao público. Por isso, segundo a ação de reintegração os que propositalmente invadiram a parte Sul da Reserva Kateté não podem dizer que não estavam informados sobre o assunto.

Os réus sob a pretensa alegação que obedeciam a uma convocação do governo para desenvolverem o Sul do Pará, ali chegavam ávidos por terras fáceis e de maneira desenfreada, passaram a comprar posses de terra de quem lhes oferecia, todas situadas inexplicavelmente dentro da reserva indígena Kateté e não tiveram sequer o cuidado de investigar a procedência das terras e muito menos de consultar a FUNAI quanto à existência ou não de reserva indígena na região. Os invasores, formalizada a compra das pessoas, passaram imediatamente a desmatar a área de maneira desordenada sem autorização do IBDF, com a finalidade única e exclusiva de caracterizar rapidamente a posse: tudo obedeceu a um plano previamente elaborado pelos invasores.

Várias serrarias foram instaladas na área para aproveitamento da madeira mogno, principalmente abundante na região e de alto valor no mercado externo. Foram ins-

taladas a Indústria Madeireira Tupacy Ltda, a Medeiraira ' Planalto e a Serraria Ipanema - Ind. Paraense de Madeiras, todas sob o mando de firmas constituídas. A existência de tal complexo madeireiro exigiu a construção de vários ramais de estrada para acesso à Rodovia Pa-279 e foi construído, também um campo de pouso de apoio a aeronave. À medida que os invasores iam desmatando a floresta, plantavam capim e outras culturas de subsistência e trouxeram gado; construíram casas, currais e cercas. Em pouco tempo à custa de exploração indevida de grande parte de madeira extraída da reserva indígena, implantaram uma grande fazenda a "Gran Reata".

As invasões bem como as depredações criminosas das matas, foram constatadas em 1980 numa ação conjunta da FUNAI, Polícia Federal, IBDF e Getat, conforme os índios Xicrin do Kateté, revoltados contra as invasões, passaram a fazer incursões armadas ao Sul da Reserva, chegando a invadir algumas fazendas, entre elas a Japonesa, fato noticiado pela imprensa. Somente com muito esforço a FUNAI conseguiu conter e controlar os índios Xicrin que pretendiam de qualquer maneira expulsar com violência os invasores de suas terras, reeditando o massacre da Fazenda Espadilha, praticados pelos Kaiapô Gorotire, fato ocorrido a pouco menos de 300 quilômetros de distância.

Apesar da comprovada invasão da reserva indígena, que constituiu um esbulho possessório mesmo assim,

de maneira imcompreensível, os invasores recorreram à Justiça, propondo em 18 de setembro de 1980 um "Interdito Proibitório" contra a FUNAI e a União Federal, processo nº 554, objetivando a garantia da posse, embora precária, ameaçada inclusive pelos próprios índios. "Constatado que os autores da ação de Interdito Proibitório ocupam área encravada na reserva indígena, com permanente atividade de desmatamento, o que motivou providências administrativas da FUNAI, para a defesa dos interesses dos seus tutelados, sem comprovação das alegadas ameaças de expulsão "Manu militari", é injustificável a liminar deferida no juízo de primeiro grau "Segurança concedida". Esse é o texto do Tribunal Federal de Recursos do ministro relator Willian Patterson contra a limiar concedida pelo juiz federal Aristides Medeiros, a quem coube apreciar o pedido.

Em seu voto, o ministro Willian Patterson contesta as alegações do juiz e afirma que "é evidente que a invocação do art. 5º, inciso II da Lei nº 1533, de 1951, perde substância diante do que ficou expresso a respeito do conhecimento da presente segurança". Diz ainda o ministro Patterson em outro trecho, que "nenhuma dúvida parece existir quanto o alcance da reserva às terras ocupadas, o que, de pronto configura a irregularidade na posse não podendo esta, assim, servir de amparo a pleito dessa natureza", disse, referindo-se ao Interdito Proibitório.

O artigo 198 da Constituição diz que "as terras habitadas pelos silvícolas são alienáveis nos termos que a Lei Federal determinar a eles cabendo a sua posse permanente, ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes". O parágrafo 1º, também lembrado no voto, esclarece que "ficam declaradas a nulidade e extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza a que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas por silvícolas, enquanto o parágrafo 2º arremata que "a nulidade e a extinção que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio".

Prossegue o ministro William Patterson, em seu voto, lembrando que "esses aspectos não poderiam deixar de ser considerados para uma posição mais ponderada permitindo que a definição do pedido viesse com a decisão final, após cuidadoso exame dos elementos probatórios. A liminar acirra os ânimos e impede a conciliação quase sempre necessária, em caso que tais, onde são frequentes as agressões e violências entre as partes".

Um grupo de trabalho foi formado para estudar o problema, integrado por Romildo Carvalho, assessor do Procurador Geral por José Maria da Rocha, engenheiro agrônomo e por Ozires Ribeiro Soares, técnico agrícola,

que fizeram um levantamento e avaliação das benfeitorias na área ocupada até a data de ajuizamento da primeira ação judicial pelos Hanemann e outros. Foi feito, também, levantamento e avaliação dos recursos minerais e vegetais, porventura extraídos da área ocupada. O grupo de trabalho concluiu ser "difícil comprovar a boa fé dos proprietários da Fazenda Gran Reata, isso diante da farta documentação existente nos fatos. Não obstante os esforços empreendidos o grupo de trabalho não conseguiu colher provas ou mesmo subsídios que indicassem, que justificassem a boa fé de quantos se instalaram na área Xicrin do Katetê, especialmente da Fazenda Gran Reata, objeto da nossa missão. O processo de instalação da referida fazenda não diferiu do adotado nas demais" concluiu o grupo de trabalho.

A FUNAI agiu de pronto para evitar qualquer ação violenta, procurando conter os indícios para que não se desencadeasse nenhuma medida violenta, para que a tramitação oficial não fosse prejudicada. A comunidade indígena, segundo a FUNAI está conscientizada que a Fundação Nacional do Índio está agindo em sua defesa. Os índios Xicrin do Katetê, irão aguardar a decisão da Justiça.

A ação de reintegração de posse acumulada com perdas e danos foi impetrada contra Valdemar Hannemann, João Carlos Correia, Luiz Paschoal de Oliveira, Antonio Ernam Fernandes, Estrugildo Hannemann, Sady Luiz Cenci, Antenor Furtado Filho, Antonio Pinheiro Filho, Luiz Paulo Santos Alvarez, Otamiro Cidrão Oliveira e João Porfírio Soares.